

# RESISTÊNCIA CONVERSACIONAL E AS VARIEDADES DE CONTRADISCURSO

CONVERSATIONAL RESISTANCE AND THE VARIETIES OF COUNTERSPEECH

EDUARDA CALADO BARBOSA

*Centro de Lógica Epistemologia e História da Ciência (CLE), UNICAMP BRASIL*

[ecalado@unicamp.br](mailto:ecalado@unicamp.br)

<http://orcid.org/0000-0002-2478-9670>

MARIANA TEODORO FERNANDES

*Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNICAMP, BRASIL*

[m174097@dac.unicamp.br](mailto:m174097@dac.unicamp.br)

<http://orcid.org/0000-0001-9930-4052>

**Abstract.** Counterspeech is a kind of communicative resistance that tries to oppose, neutralize or remedy harmful speech. It can be defined as a form of non-coercive intervention that is, in some cases, available for any competent speaker. In recent years, some philosophers of language have focused on analyzing and proposing different varieties of in situ counterspeech in the hopes that their insights about communicative mechanisms can contribute to the identification of efficient strategies. This investigation is however still new and in programmatic expansion. Our first goal then is to suggest a separation between two categories of counterspeech, confrontational and redirecting, adopting the impact of the intervention on the cooperation between participants as an organizational criterion. Secondly, we propose a type of confrontational counterspeech, which we call elucidation, and a type of redirecting counterspeech, namely, reframing. In cases of elucidation, the recalcitrant hearer makes a problematic aspect of what was said salient. This is a way of calling the bigot out for the commitments that he/she undertakes in virtue of choosing to use certain words. In reframing, the recalcitrant hearer tries to neutralize the effects of code words by replacing them for semantically equivalent alternatives that have different social meanings and connotations. For example, replacing ‘*ideologia de gênero*’ (‘gender ideology’) by ‘*diversidade de gênero*’ (‘gender diversity’), when accommodated, gives the hearer additional control over the discursive topics (the QUD) and the “terms of the conversation”.

**Keywords:** counterspeech • cooperation • elucidation • reframing

RECEIVED: 14/12/2023

REVISED: 11/06/2024

ACCEPTED: 15/08/2024

## Introdução

O contradiscurso é um tipo de comunicação que tenta contrapor-se, neutralizar ou remediar o discurso danoso — i.e., intolerante, discriminatório, tóxico, desinformador etc. Um bom exemplo é o diálogo entre o ex-presidente americano Donald Trump e o



jornalista Tom Llamas, que ocorreu na conferência de imprensa da GOP 2015. Trump vinha usando o termo ‘*anchor baby*’ (algo como “bebê âncora”, em português) para se referir aos filhos americanos de cidadãos latinos indocumentados, uma expressão considerada derogatória e desumanizadora pela comunidade latino-americana nos EUA. Llamas, então, o confrontou publicamente, perguntando,

(1) Você está ciente de que o termo ‘*anchor babies*’ é ofensivo? As pessoas o consideram danoso. Procure no dicionário, é ofensivo (Smith 2015).

Em *Blocking as counterspeech* (2018), Rae Langton oferece um caso anedótico similar, testemunhado durante um jogo de futebol em Melbourne. Um torcedor do St. Kilda grita: “Anda, Laurie, sua grande garotinha” e um espectador atento revida:

(2) O que há de errado com [ser] uma garotinha?

As enunciações (1) e (2) exemplificam ações contradiscursivas do tipo que irá nos interessar aqui: certas manobras conversacionais a partir das quais um ouvinte recalcitrante se contrapõe às palavras, pressuposições, etc., de um falante percebido como intolerante. Atos de fala interventivos desse tipo têm chamado a atenção de filósofos da linguagem por revelarem formas de resistência conversacional que frustram os mecanismos de transmissão furtiva de mensagens danosas, frequentemente explorados por intolerantes. A expectativa é que diagnosticá-los — como pressuposições, atos de fala sorrateiros (Langton, 2018), implicaturas com negabilidade (Camp, 2018), inferências estereotípicas (Khoo, 2017) etc. — e investigar estratégias de contenção pode ajudar a blindar ideais democráticos de efeitos erosivos e promover mais justiça comunicativa para grupos desprivilegiados.

A investigação sobre o tema é, contudo, nova e alimentada por fontes diversas — da filosofia da linguagem, do direito, da filosofia política, do pensamento feminista (Lepoutre 2021) — gerando um panorama programático ainda consideravelmente aberto e em expansão. Nesse marco, nosso primeiro intuito aqui é sugerir uma separação entre duas categorias de contradiscurso, *confrontativo* e *redirecionador*, tomando como base uma amostra do mercado filosófico atual. Nosso critério organizacional será o impacto das intervenções sobre a expectativa de estabelecimento/manutenção de cooperatividade entre participantes. Em segundo lugar, iremos propor um tipo de contradiscurso confrontativo, que chamaremos de *elucidação*, e um tipo de contradiscurso redirecionador, o *reframing*. Na *elucidação*, o ouvinte resistente torna saliente para escrutínio um aspecto problemático do que foi dito. É uma forma de chamar o falante percebido como intolerante à responsabilidade por compromissos assumidos em virtude de sua escolha de palavras, forçando-o a um reconhecimento e (na melhor das hipóteses) a uma reforma de conduta verbal. Já no *reframing*, busca-se neutralizar os efeitos de palavras com significados implícitos danosos — e.g., *code*

words (Khoo, 2017) — ao substituí-las por outras com significados sociais e conotações distintas. Por exemplo, a substituição de ‘ideologia de gênero’ por ‘diversidade de gênero’, se acomodada pelo falante, dá ao ouvinte resistente controle adicional sobre o que está em discussão e ajuda a evitar que a conversa siga no rumo preferido pelo falante contestado.

O artigo percorre o trajeto a seguir. Começamos pela apresentação da nossa distinção confrontativo/redirecionador na próxima seção. Na seção 2, discutimos o contradiscurso confrontativo, comparando o bloqueio de acomodação por explicitação (Langton 2018) e a elucidação. Na seção 3, apresentamos o contradiscurso redirecionador e o *reframing*, comparando-o à distorção melhorativa ou *bending*<sup>1</sup> (Caponetto & Cepollaro 2023). Nossa escolha por comparar as variedades entre si é meramente instrumental e está motivada pelo interesse em especificar o mais claramente possível os mecanismos envolvidos e as condições em que as modalidades que estamos propondo são preferíveis.

## 1. Um critério à parte

O conceito de contradiscurso abarca ações a nível estatal, comunitário e individual, diretas e indiretas, contínuas e pontuais, de intervenção não-coercitiva contra o discurso danoso (Fumagalli 2021). Em democracias liberais que adotam o pluralismo, ele é frequentemente apresentado como uma espécie de medida auxiliar à regulação estatal de liberdade de expressão, recomendada em situações nas quais o dano é “de ação lenta”. (Cepollaro; Lepoutre; Simpson 2022).

Dados os nossos propósitos, não entraremos em discussões mais gerais sobre coerção e liberdades, mas consideramos que a visão de Gelber (2019), segundo a qual o discurso de ódio/danoso requer regulação sempre que gerar limitações de participação igualitária na deliberação democrática, é bastante razoável como ponto de partida.<sup>2</sup> Além disso, ecoamos posições como as de Lynne Tirrell (2017) e Langton, segundo as quais atos de resistência conversacional auxiliam na manutenção do bem-estar social e mitigam as ideologias que sustentam desigualdades sistêmicas. Isso se torna ainda mais imperioso se levarmos em conta, como aponta Fumagalli, a penetração de práticas “de ódio” no discurso estatal e sua crescente instrumentalização política na comunicação digital.

Os exemplos que iremos analisar aqui envolvem comunicação cara-a-cara, com um falante percebido como intolerante,<sup>3</sup> (um perpetrador/*hater*, etc.), de um lado, e um ouvinte resistente, do outro. Em alguns casos, a situação de fala também inclui uma terceira parte, na posição de observador(a). A razão pela qual classificamos intervenções contradiscursivas desse tipo como atos de *resistência conversacional* tem a ver, trivialmente, com o fato de que elas se dão em trocas conversacionais. Mais substancialmente, porém, reflete o fato de que os efeitos melhorativos almejados

pelo ouvinte resistente não são pretendidos apenas sobre as crenças e comportamentos individuais dos falantes contestados, mas buscam também reformar a qualidade das regras do jogo discursivo — e.g., por meio de revisão meta-discursiva ou do redirecionamento dos rumos da conversa. O propósito último é evitar que permissões implícitas danosas se instalem, tópicos perigosos ganhem saliência, etc., por omissão comunicativa (ver subseção 2.1). Para usar a metáfora epidemiológica que Tirrell: em virtude da relação projetiva entre práticas linguísticas presentes e futuras (e, claro, entre fala e conduta), sem antídotos de resistência de atuação contínua, aos poucos, uma sociedade pode tornar-se gravemente adoecida. O contradiscurso surge, então, tanto como antídoto contra a toxicidade já em curso quanto como uma medida de prevenção que blinda a saúde discursiva de uma sociedade (Barbosa, no prelo).

Nesse espírito, filósofos da linguagem vêm se dedicando a analisar e propor diferentes variedades de contradiscurso, seguindo dois critérios principais: se a intervenção alveja o conteúdo implícito ou explícito ou se a ação do ouvinte resistente é manifesta ou encoberta (Cepollaro; Lepoutre; Simpson 2022). Por exemplo, as refutações diretas (Ferkany 2021) ou bloqueios são caracterizadas como manifestas e alvejam o conteúdo explícito e implícito, respectivamente. Já algumas réplicas que modificam a ação comunicativa original ou seus efeitos, como o pedantismo (ver Camp 2018) e a distorção melhorativa, de Caponetto & Cepollaro, são encobertas, voltando-se principalmente (embora não unicamente) para o conteúdo explícito.

Além desses critérios, o contradiscurso pode ser separado entre reativo e proativo, negativo e positivo, etc. e nem sempre será fácil enquadrar (novas) variedades em todos os quesitos de maneira bem estruturada e concisa.<sup>4</sup> Por isso, recorreremos a um critério à parte: *o grau de ameaça (> ou <) à expectativa de estabelecimento e/ou manutenção de cooperatividade entre participantes*. Como mencionamos na introdução, dividiremos nossa amostra de posições entre contradiscurso confrontativo e contradiscurso redirecionador, sendo o primeiro > o segundo em grau de ameaça à cooperação.<sup>5</sup> Adicionalmente, iremos considerar como critérios secundários de caracterização o tipo de conteúdo alvejado e a separação manifesto/encoberto.

O relevo dado à cooperatividade reflete nosso endossamento do que Camp (2018) chama de *modelo cooperativo informal*, que toma a comunicação como “uma empreitada epistêmica e prática comum”.<sup>6</sup> Porém, emerge principalmente da suposição, bastante básica e intuitiva, de que a eficiência do contradiscurso depende, em grande medida, de que a cooperação falante-ouvinte não entre em colapso. Afinal, quanto mais ameaçante e confrontativa for uma intervenção contradiscursiva para a dinâmica habitual de uma interação falante-ouvinte, (presumivelmente) menores serão as chances de sucesso do ouvinte resistente em transformar o intolerante e as regras do jogo. Desse modo, um critério organizacional que separe o contradiscurso em termos de cooperatividade mostra-se *prima facie* funcional.<sup>7</sup> As seções 2 e 3 a seguir contêm caracterizações mais detalhadas da distinção confrontativo/redirecionador.

## 2. O contradiscurso confrontativo

Como o nome sugere, o contradiscurso confrontativo envolve um enfrentamento direto e explícito do falante, com a interrupção momentânea da interação para fins de revisão — epistêmica, metalinguística etc. (Cepollaro ms). Em sua manifestação mais paradigmática, o ouvinte resistente — que pode ser o destinatário ou um espectador — *chama a atenção crítica* do falante para um aspecto problemático de sua ação comunicativa. São casos como (1), no qual o ouvinte resistente traz à tona o potencial ofensivo de uma palavra usada pelo falante, e (2), no qual a intervenção expõe pressuposições danosas. Em ambos, os compromissos problemáticos assumidos pelo falante explicitamente ou como parte do plano de fundo são tornados salientes com o objetivo de forçá-lo a um reconhecimento aberto.

Casos como (2), em particular, foram bastante discutidos na literatura recente. Langton identifica o mecanismo envolvido como o *bloqueio de acomodação*, um tipo de explicitação (Sbisà 1999; 2021) definido como uma “etiqueta dada à resistência de um ouvinte ao que um falante ou um ato de fala *pressupõe*” (Langton 2018, p. 148, grifo nosso), uma manobra linguística que alveja obstruir a evolução por default daquilo que é implicitamente assumido no contexto, com o objetivo de neutralizar os efeitos de atos de fala que são introduzidos “pela porta dos fundos”.

Para entendê-lo, é útil começar contrastando dois modos pelos quais um conteúdo proposicional pode se tornar parte do contexto. O primeiro deles é através da realização de uma asserção: um falante F que afirma P pela enunciação de uma oração propõe que P atualize o *common ground*, i.e., aquilo que é mutuamente aceito pelos participantes como verdadeiro em um dado momento (Stalnaker 2002; 2014). P será incorporado se os demais participantes aceitarem, explícita ou tacitamente, a solicitação de atualização.

O outro modo de introduzir P será através da enunciação de uma oração que expressa Q e tem P como pressuposição. Se, por exemplo, F afirma Q, “O rei do Cazaquistão é popular”, e a enunciação é aceita pelos demais participantes, a pressuposição P, “Existe um e apenas um rei do Cazaquistão”, passará a integrar o *common ground* graças ao que David Lewis chamou de *Regra de Acomodação*.<sup>8</sup> Tal regra estipula, basicamente, que pressuposições podem ser adicionadas ao *common ground* sempre que forem necessárias. A regra de acomodação é central para a compreensão dos mecanismos envolvidos no bloqueio de acomodação.

### 2.1. O bloqueio de acomodação

Para Lewis (1979), a evolução de um contexto conversacional pode ser rastreada a partir do *placar conversacional*, um construto abstrato com uma função normativa que representa a história do comportamento dos participantes em um “jogo conver-

sacional”. Seus componentes determinam regras de correção, de modo que a aceitabilidade de uma nova jogada depende do que o placar registra no momento de sua realização. Dentre as regras constitutivas que governam a cinética do placar, a mais proeminente é a Regra de Acomodação, que estabelece que se, em um momento *t*, algo é dito que, para sua verdade ou aceitabilidade, requer uma pressuposição, então, *ceteris paribus* e dentro de certos limites, tal pressuposição passa a existir e integrar o placar. Essa normativa captura a forma caritativa como pressuposições são adicionadas de modo a preservar a cooperação entre participantes.

Para Langton, no entanto, a regra de acomodação não opera simplesmente sobre conteúdos proposicionais, podendo trazer à existência também ilocuções (e perlocuções).<sup>9</sup> Ela denomina esses casos de “*backdoor speech acts*” — que traduziremos como “atos de fala sorrateiros”. As condições de felicidade de atos desse tipo podem ser habilitadas, por exemplo, pela presença de um desencadeador de pressuposição ou implicatura convencional, como ‘até’ (*even*), em “Até George conseguiria ganhar”. Segundo Langton, uma enunciação dessa frase gera pelo menos três atos de fala sorrateiros: uma *classificação* implícita de George como inferior, um *testemunho* implícito de que George é pouco promissor — dois vereditivos austinianos, ou seja, ilocuções que envolvem a expedição autoritativa de um fato ou valor — e uma *implementação de norma* implícita que estabelece que é permitido tratar George como um candidato pouco promissor.<sup>10</sup> Se não forem bloqueados, esses três atos sorrateiros contribuirão para que o placar se ajuste de modo a tornar apropriado que George seja tratado como um candidato pouco promissor em jogadas futuras. Langton chama esse fenômeno de *acomodação ilocucionária*.

No bloqueio de acomodação ilocucionária, o ouvinte busca desfazer o ato de fala sorrateiro *qua* ato sorrateiro e causar o que os austinianos chamam de *desacerto* (*misfire*). O desacerto é um tipo de falha procedimental, que afeta as práticas ou convenções sociais de fundo que tornam um ato feliz. O desacerto do bloqueio, em particular, é descrito como uma falha de apreensão (*uptake*), i.e., uma falha em interpretar a força intencionada pelo falante, que é uma condição de felicidade do ato (Strawson 1996 [1964]). Nos casos típicos, a apreensão de uma ilocução corresponde à apreensão *ativa* da força intencionada pelo falante, mas, nos atos de fala sorrateiros, opera uma apreensão *passiva*: falhas em bloqueá-los ou omissão comunicativa permitem uma espécie de apreensão por default, como produto da regra de acomodação. Assim, o poder do ouvinte resistente no bloqueio ilocucionário está em gerar uma falha na apreensão por default que desacerta o ato sorrateiro.

Voltando ao exemplo do torcedor do St. Kilda, a enunciação de “Vamos, Laurie, sua grande garotinha”, gera três atos de fala sorrateiros: a classificação de mulheres como inferiores, o testemunho informativo de que há algo de errado com ser mulher (no contexto relevante) e a legitimação de normas segundo as quais os atributos femininos não são adequados a campos de futebol. Quando o ouvinte resistente grita

(2), ele faz com que os três atos, e mais especificamente o testemunho informativo, *entrem pela porta da frente*, gerando uma falha da apreensão por default.

Sua intervenção, além disso, compele o falante a responder pela alteração que a enunciação, caso tivesse sido acomodada, teria gerado no placar.<sup>11</sup> Isso reflete o fato de que o contradiscorso confrontativo tipicamente explora, por um lado, a conexão entre atos de fala e compromissos e, por outro, o modo como os falantes percebidos como intolerantes tratam tais compromissos.<sup>12</sup> Por exemplo, no diálogo do estádio de futebol, o compromisso do falante com a proposição, *há algo de errado com ser uma mulher*, é tratado como inócuo, como algo que pode ser pressuposto ou tomado como certo. Com (2), o ouvinte resistente expõe o compromisso, tratando-o como algo que requer defesa ou reconsideração e forçando o falante a adotar a atitude correspondente.

Se passarmos agora a casos como (1), veremos que ocorre algo semelhante, embora a intervenção em questão explore um mecanismo alternativo, que se volta para o perfil linguístico das expressões usadas e não para o que é pressuposto.

## 2.2. A elucidação

Considere (1) outra vez. Com tal enunciação, Llamas busca ratificar a escolha de Trump de usar o termo ‘*anchor baby*’ em face de uma elucidação de sua carga potencialmente ofensiva e parece ter por finalidade forçá-lo a defender, reconsiderar ou retratar-se abertamente pelo uso do termo. Mais especificamente, (1) torna saliente um aspecto do perfil linguístico de ‘*anchor baby*’ que pode ser entendido como um *metadado lexical*: uma etiqueta que indica o tipo de efeito ou recepção da expressão na/pela audiência (Nunberg 2018). Metadados — que incluem além da recepção da audiência, informações sobre registro, proveniência etc. da palavra — são propriedades linguísticas de expressões marcadas, e a elucidação pode se voltar para elas como forma de colocar ênfase em compromissos problemáticos assumidos pelo falante em virtude do uso desse tipo de expressão.

A elucidação aparece também na discussão de Khoo (2017) das *code words* (em tradução livre, “palavras código”), expressões como ‘*inner city*’, ‘*illegals*’, etc., que são usadas para transmitir apelos raciais velados através de inferências geradas por seus significados sociais.<sup>13</sup> Khoo sugere um tipo de *elucidação do significado implícito* como forma de bloquear os efeitos danosos dessas palavras. Ele toma como modelo uma fala da parlamentar americana Barbara Lee, em resposta à afirmação de seu colega, Paul Ryan, de que:

(4) Nós [os estadunidenses] temos essa decadência cultural em nossas *inner cities* em particular, de homens que não trabalham e gerações de homens que nem pensam em trabalhar nem aprendem o valor e a cultura do trabalho,

então há um problema cultural de verdade aqui e é preciso lidar com ele (Khoo 2017, p. 38-9, nota 11) (tradução nossa).

Ao que Lee replicou (Khoo 2017, p.61):

(5) Vamos ser claros, quando o Sr. Ryan diz ‘*inner city*’, quando ele diz, ‘cultura’, essas são apenas *code words* para o que ele realmente quer dizer: ‘negro’ (tradução nossa).

De acordo com Khoo, porém, (5) desvela o significado implícito de ‘*inner city*’ de um modo inadequado, pois permite contra-ataques personalistas que negam intenções por parte do falante e revertem o jogo ao culpabilizar o próprio ouvinte resistente pela introdução do tema racial. Tomando sua “teoria simples” de *code words* como base (rever nota 13), Khoo sugere que (6) abaixo seria uma alternativa mais eficaz contra usuários de *code words*.

(6) Sejam claros, há um estereótipo predominante de que as áreas centrais são o lar principalmente de pessoas negras pobres. Então, os comentários do Sr. Ryan sobre ‘*inner city*’ serão interpretadas por quase todo mundo como comentários sobre bairros negros em áreas urbanas pobres, quer ele tenha a intenção ou não (Khoo 2017, p.61) (tradução nossa).

Com base em (1) e (6), respectivamente, iremos assumir que a elucidação será adequada quando o ouvinte resistente deseja: a. tornar saliente o caráter depreciativo de um termo e as consequências de usá-lo (i.e., elucidar um metadado); ou b. explicitar e tornar saliente para escrutínio o significado implícito de um termo problemático (i.e., elucidar um significado implícito). No entanto, ela também poderá ser adequada (c.) quando o caráter depreciativo do que foi dito pelo falante não depender de uma única palavra, mas de inferências autorizadas pela oração completa ou por uma conjunção de expressões. Considere um exemplo doméstico: em uma visita ao Clube Hebraica no ano de 2017 o então deputado, Jair Bolsonaro, declarou em tom jocoso,

(7) Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí *no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher* (O povo, 2017).

Imagine que, na ocasião, uma jornalista tenha considerado (7) uma declaração sexista e, seguindo o exemplo de Llamas, tenha dito:

(8) Deputado, eu acabei de buscar o significado de ‘dar uma fraquejada’ e vi que é um sinônimo de ‘debilitar-se’, tem conotações negativas. O senhor está ciente de que o que o senhor disse é ofensivo com as mulheres?

Nesse caso, é o componente avaliativo de ‘dar uma fraquejada’ em associação com ‘mulheres’ que está na raiz da interpretação insultuosa de (7).<sup>14</sup> Vamos seguir



Orlando & Saab (2019) ao identificarmos (7) como um *ato de fala insultivo* (do tipo sexista): um ato que respalda estereótipos culturais e faz eco à discriminação e marginalização que está na base do sexismo.

Orlando & Saab estão originalmente interessados em pejorativos de grupo ou *slurs* — e.g. ‘vadia’, ‘sapatão’, ‘bolita’ (do espanhol rioplatense) — que são palavras usadas para depreciar alvos em virtude de seu pertencimento a grupos sociais (mulheres, a comunidade LGBTQIA+, imigrantes). Para os autores, pejorativos respaldam estereótipos culturais cristalizados semanticamente e, em virtude de seu perfil expressivo, afetivo-avaliativo, habilitam a veiculação do que chamam de intenções insultivas. Nessa visão intencionalista, um ato de fala que contém um pejorativo será considerado insultivo se o falante tiver a intenção de que seu uso constitua um respaldo *ativo* — caracterizado por uma atitude emocional negativa — de certo estereótipo semântico ‘g’, associado ao termo.

Se expandirmos essa definição para dar conta de (7), podemos afirmar que a conotação negativa de ‘dar uma fraquejada’ em associação com o grupo social das mulheres autoriza a inferência de que o falante respalda ativamente o valor atribuído ao estereótipo cultural da debilidade feminina e, por isso, é plausível atribuir-lhe uma intenção insultiva.<sup>15</sup>

É claro que, em virtude do seu tom jocoso, Bolsonaro ainda retém a possibilidade de negar tal intenção, respondendo com algo como: “Era uma brincadeira. Não tenho nada contra as mulheres”. Esse seria um caso de respaldo *passivo* do estereótipo, que invoca certa visão das mulheres para fins de comicidade, sem expressar as atitudes negativas relacionadas. Porém, algumas condições precisam ser satisfeitas para que esse recurso de negabilidade esteja disponível para um falante contestado.

Considere os exemplos com o pejorativo ‘*sudaca*’ (que se refere a sul-americanos) abaixo (Orlando & Saab 2019, p. 46):

(9) Envio um caloroso abraço a todos os meus queridos amigos *sudacas*.  
(tradução nossa)

(10) Nosso *sudaca* sente falta do terceiro mundo! (entre amigos próximos).  
(tradução nossa)

Em (9), o falante indica com palavras afetuosas, como ‘queridos amigos’, e pelo gesto descrito na saudação, que tem uma atitude positiva com relação aos sul-americanos, de modo que é possível derivar um respaldo passivo e não ativo dos estereótipos no significado de ‘*sudaca*’. Em (10), a proximidade entre o falante e a audiência torna implausível identificar uma intenção insultiva. No caso de (7), porém, indicações como essas estão ausentes, o que torna a inferência insultiva da jornalista plausível e (8), uma pergunta apropriada.

Exemplos como (1), (6) e (8) nos ajudam a ter um panorama preliminar do contradiscurso por elucidação.<sup>16</sup> O que eles parecem mostrar de fundamentalmente

comum é que a elucidação tem por objetivo compelir o falante a responder pelos compromissos potencialmente danosos assumidos *manifestamente*<sup>17</sup> em virtude de propriedades linguísticas das palavras escolhidas.<sup>18</sup>

Enquanto variedade de contradiscurso confrontativo, a elucidação tem como marca a tendência a provocar resistência contraofensiva devido à ameaça levantada à credibilidade moral (e epistêmica) do falante — o que frequentemente resultará em desvios para meta-discussões. O contradiscurso redirecionador, que veremos a seguir, em contrapartida, explora a própria dinâmica de cooperação para fins melhorativos, com o ouvinte resistente assumindo ativamente o controle das contribuições conversacionais via ratificação/acomodação, sem replicar diretamente ao falante ou interromper a dinâmica da interação.

### 3. O contradiscurso redirecionador

No contradiscurso redirecionador, o ouvinte resistente explora a dinâmica da interação falante-ouvinte para desviar a conversa para um rumo distinto daquele favorecido pelo intolerante. Considere um exemplo de distorção melhorativa, reproduzido abaixo:

Os professores Smith, Murphy e outros colegas estão organizando uma mesa sobre justiça climática. Depois de elaborarem a lista de convidados possíveis, Smith exclama: ‘Uau, uma mesa só de homens’. Murphy, entende perfeitamente o regozijo de Smith, mas replica: (11) ‘Você tem razão. Isso é péssimo. Me deixa pensar... Já sei! Que tal Tara Williams? Ela acabou de publicar um artigo incrível sobre responsabilidade ambiental’. Seguindo os passos da proposta de Murphy, alguns colegas sugerem mais nomes de acadêmicas notáveis. Smith assente, submisso. Eles terminam com uma lista de convites equiparada em gênero. (Caponetto & Cepollaro 2023, p. 579, numeração e tradução nossas)

Com (11), o professor Murphy redireciona a conversa, distorcendo a força ilocucionária do comentário problemático e forçando o falante intolerante ou a redobrar os esforços necessários para retornar ao rumo preferido, que ameaça tornar seu sexismo mais evidente, ou a se resignar. Suponha que Smith está muito convencido da (duvidosa) necessidade de maior representatividade masculina em eventos acadêmicos. Ele poderá responder a (11) com uma aclaração do tipo, “Não, Murphy, eu quero dizer que isso é bom e estava mais feliz com o resultado que tínhamos antes”. Uma resposta assim, contudo, envolve custos sociais em virtude de regras igualitárias implícitas que condenam demonstrações abertas de discriminação (Mendelberg 2001). A segunda opção é descrita no próprio exemplo: Smith prefere pactuar com a sabotagem de Murphy, concedendo sucesso ao seu ato de resistência.

O mérito da distorção melhorativa estaria, então, em permitir que o ouvinte, ao interceptar o ato de fala danoso, alterando o tipo/grau da força ilocucionária original ou seu conteúdo locucionário (ver Caponetto & Cepollaro 2023, p. 578), entregue-o ao contexto melhorado. Isso é realizado por meio de um fingimento (*pretense*), no qual o ouvinte reconhece o ato de fala como pertencente a um tipo x, mas responde *como se* ele fosse do tipo y.

Como no caso do bloqueio de acomodação, a noção de apreensão será fundamental para compreender o *modus operandi* da distorção melhorativa. Segundo esclarecem as próprias Caponetto & Cepollaro, há duas formas de entender a apreensão: como *interpretação* ou como *resposta*. Na primeira, mais tradicional na filosofia, a apreensão consiste no entendimento, por parte do ouvinte, do conteúdo locucionário e da força ilocucionária intencionada pelo falante (Austin 1962; Searle 1969). Na segunda, mais discutida em análise conversacional, a apreensão é uma resposta, tipicamente comportamental, ao ato de fala — entendido, aqui, como uma proposta de ação conjunta do falante direcionada ao ouvinte (Clark 1996). Interpretação e resposta caminham de mãos dadas, no entanto, já que respostas funcionam como evidência ou manifestação da interpretação do ouvinte.

Na distorção melhorativa, o ouvinte responde com uma modificação intencional da apreensão. Em seguida, o falante tem três cursos de ação possíveis: contestar/recusar a resposta, não fazer nada a respeito ou endossá-la (tácita ou explicitamente). No exemplo acima, Smith opta pela terceira via e isso permite a Murphy gerar o efeito melhorado desejado. A mera resposta distorcida do ouvinte, todavia, não será suficiente para validar a interpretação manifesta do ouvinte: a *ratificação* do falante é o que garante sucesso à distorção.

Finalmente, dentre os pontos positivos dessa estratégia encontram-se:

- i. o fato de que a distorção dá ao falante percebido como intolerante a possibilidade de repudiar a própria postura sem risco de exposição;
- ii. em casos assimétricos nos quais é especialmente arriscado para um subordinado expressar discordância, a distorção permite resistência discursiva com menor risco de disputa verbal;
- iii. ao tratar o contexto como igualitário, a distorção inibe novas práticas intolerantes no restante da conversação;
- iv. a distorção libera o ouvinte resistente do peso de ter que lidar com prováveis meta-discussões ou de argumentar em favor de sua intervenção;
- v. por fim, evita que ideologias falhas (o sexismo, racismo, etc.) se tornem o tópico (*QUD*) (ver subseção 3.1.) de meta-discussões, o que aumenta sua saliência e influência inconsciente (ver Lepoutre, 2021).

A distorção, contudo, é apenas um dentre os recursos redirecionadores dos quais

um ouvinte resistente pode dispor. Na próxima subseção, iremos apresentar uma variedade ainda pouco discutida como forma de contradiscurso *post hoc*: o *reframing*.<sup>19</sup>

### 3.1. O *reframing*

Como vimos, o modelo cooperativo da comunicação incorpora a ideia de que conversações podem ser entendidas como atividades estruturadas normativamente de um modo complexo no qual fatores como pressuposições, permissibilidade e saliência condicionam a interpretação do conteúdo e os julgamentos de aceitabilidade de novas jogadas. Sob influência de tal modelo, Craige Roberts (1998; 2012) desenvolveu um marco teórico focado em como a estrutura informacional de um contexto evolui de acordo com metas comuns. Para a linguista, a meta de uma conversa é realizar uma investigação que responda à *questão em discussão*, no inglês, que manteremos aqui, a ‘*QUD*’: grosso modo, sobre o que é a conversa em um momento *t*. Com essa finalidade, paradigmaticamente, agentes racionais estabelecem planos cooperativos, chamados de “estratégias de investigação”.

Estratégias de investigação envolvem sub-metas e pilhas de sub-perguntas — ligadas hierarquicamente por acarretamento — a serem eliminadas ordenadamente, na medida em que o discurso evolui na direção da resolução da *QUD* aceita (Roberts 2012, p.7). Cada jogada — asserções são os movimentos de *pay-off* típicos — está, ademais, regulada por princípios conversacionais, como relevância e quantidade.<sup>20</sup> Assim, se a *QUD* imediata em uma conversa for ‘João aceitou o convite para a festa?’ — uma pergunta polar que repartirá o espaço de possibilidades entre respostas (completas) compatíveis com sim e compatíveis com não (Roberts 2012, p.5-6; p.9-21) —, a asserção de ‘João aceitou o convite’ contará como uma jogada adequada que responde completamente à *QUD* imediata, levando-a a ser eliminada da pilha.

Ora, conversações são interações fluidas e *QUDs* surgem tipicamente *implicitamente*. Ao dar seguimento à conversa anterior, por exemplo, surgirá a oportunidade de estabelecer uma nova *QUD*. Suponha que um dos falantes enuncia (12),

(12) A mãe do João vai viajar para o exterior.

Os outros participantes irão, então, buscar pistas para determinar qual *QUD* está sendo introduzida por meio da enunciação dentre as candidatas mais salientes. Por exemplo: ‘Quem vai viajar para o exterior?’, ‘O que a mãe de João vai fazer?’, etc. Essas pistas podem vir, por exemplo, do histórico dos atos de fala registrados no placar ou do foco intonacional (Beaver & Clark 2008), etc.

Na literatura filosófica recente, o marco da *QUD* foi adotado, por exemplo, para argumentar que o movimento *ALM* (*All Lives Matter*) promove injustiça hermenêutica e distorções discursivas prejudiciais aos objetivos do ativismo antirracista *BLM* (*Black Lives Matter*). De acordo com Picazo (2022) e Keiser (2021), o *ALM* desloca a *QUD*

do debate racial americano da pergunta polar ‘Vidas negras importam?’ para ‘Que vidas importam?’ — na qual o pronome relativo determina uma divisão do espaço de possibilidades em várias células, em vez de apenas em sim/não. O resultado é um obscurecimento dos verdadeiros objetivos do movimento negro, o que contribui para a perpetuação do problema da injustiça racial. Para Picazo, em particular, trata-se de uma distorção retroativa que *elimina tópicos* democraticamente importantes da deliberação pública.

Os tópicos disponíveis para deliberação pública são bastante influenciados pelo que os experts em comunicação política chamam de *framing*:<sup>21</sup> o processo que nos leva a desenvolver conceitualizações particulares sobre tópicos ou reorientar nossa forma de pensá-los a depender de como estão caracterizados (Chong & Druckman 2007). Lakoff & Ferguson (2006) analisaram, por exemplo, o caso da reforma imigratória proposta por George W. Bush em 2006 e sua formulação do “problema da imigração” em termos de ilegalidade e ameaça à segurança nacional. Para eles, esse *framing* político licenciou o tipo de medida que Bush tinha a intenção de defender e implementar: em favor do controle de fronteiras e não de medidas humanitárias de política externa. Não se trata, nesse sentido, de um processo neutro de caracterização, mas da exploração de um frame para “impor uma estrutura sobre a situação corrente, definir um conjunto de ‘problemas’ nela e circunscrever a possibilidade de soluções” (Lakoff & Ferguson, 2006, p. 1, tradução nossa). Em particular, formular os termos em que se desenrola uma discussão pública permite o controle de metas discursivas, i.e., de QUDs, e o poder de direcionar os rumos das deliberações.

Considere mais um caso doméstico: o uso de ‘ideologia de gênero’ por apoiadores do ex-presidente, Jair Bolsonaro. Embora o conceito/termo já existisse previamente, ele foi parte integral da retórica bolsonarista para opor-se aos avanços recentes em políticas educacionais relacionadas aos direitos das mulheres e à diversidade sexual e de gênero (Miskolci & Campana 2017). De acordo com seus usuários, os conceitos de igualdade entre os gêneros e de diversidade sexual e de gênero são deturpações ideológicas do conceito natural de sexo e visam à destruição das famílias, da moralidade, etc. Alguns setores progressistas responderam contradiscursivamente, primeiramente, buscando instruir o público sobre os equívocos morais e epistêmicos da adoção do frame ideológico para o tema e, em segundo lugar, propondo um *reframing* do conceito, com expressões alternativas como, ‘diversidade de gênero’ (ver Lakoff 2003).

Aqui, vamos discutir o *reframing* como uma estratégia contradiscursiva *post hoc* (ou seja, cara-a-cara e imediatamente após a ocorrência da expressão problemática). Trata-se, basicamente, de um tipo de resistência conversacional que age pela substituição de um frame linguístico considerado problemático por uma alternativa, através de uma réplica corretiva por parte do ouvinte resistente (Barbosa 2023). A título de exemplificação, considere um diálogo hipotético entre o falante D, um usuário do

termo ‘ideologia de gênero’, e um falante I, que está bem informado sobre os temas da diversidade sexual e de gênero e não usa a expressão. D e I estão sendo observados por um jovem adolescente, N, que tem informações sobre gênero e sexualidade, mas não conhece o termo ‘ideologia de gênero’. Em um instante *t* da conversa, a QUD é ‘O Brasil mudou muito nos últimos anos?’. D, então, enuncia (13),

(13) A ideologia de gênero mudou muito a nossa sociedade.

Ao que I responde com:

(14) Sim, a diversidade de gênero mudou muito nossa sociedade. Hoje em dia há mais pessoas felizes e sendo o que elas são.

A contribuição de D deixava espaço para uma eventual mudança de QUD que permitia estratégias de investigação em torno de tópicos como controle ideológico, doutrinação, destruição da família, etc. O que I faz é redirecionar a conversa através do *reframing* do termo, acompanhado de uma elaboração. Sua jogada, se acomodada, funciona como uma eliminação localizada do tópico que D tentou introduzir. Note que o ‘sim’ indica um acordo parcial, mas (14) é uma rejeição corretiva não apenas dos termos usados por D como também do rumo que, de acordo com a interpretação plausível de I, D intencionava dar à conversação.<sup>22</sup>

Podemos considerar, então, que o *reframing* tem como vantagens, aos moldes da distorção:

- vi. em casos assimétricos, permitir resistência discursiva com menor risco de disputa verbal que as opções de contradiscurso confrontativo;
- vii. ao tratar o contexto como igualitário por meio da eliminação de tópico (em caso de ratificação), inibir novas práticas intolerantes no restante da conversação;
- viii. evitar que a QUD seja raptada pelo intolerante, aumentando a saliência de tópicos danosos, especialmente considerando sua influência sobre observadores, como N.

Dito isso, é importante destacar que, a depender do grau de comprometimento de D com a perspectiva conservadora evocada pela expressão ‘ideologia de gênero’ e da ameaça percebida à sua identidade social,<sup>23</sup> (14) poderá não ser ratificada. Por exemplo, D pode ignorar a tentativa redirecionadora de I e voltar a usar ‘ideologia de gênero’. Isso pode levar eventualmente a uma meta-discussão, com demandas mútuas por justificativas das opções de *framing*. Na comparação com a distorção melhorativa, o *reframing* tende a ser mais volátil e tem maior potencial confrontativo, de modo que o item vi. deve ser tomado com ressalva. O item vii. também denuncia uma tensão problemática entre a volatilidade relativa do *reframing* e sua alta dependência da ratificação do falante contestado. Sua principal vantagem estaria, assim,

em viii: eliminar tópicos problemáticos por meio do controle do processo de mudança de *QUD* como forma de diminuir sua saliência e influência futuras. Podemos supor também que, quando há ratificação (e preferivelmente elaboração), a tendência de observadores como N pode ser replicar o *reframing* do termo problemático. Conforme veremos brevemente a seguir, a literatura empírica sobre contradiscurso parece favorecer essa suposição.

#### 4. Considerações finais

Recorrer ao discurso para desfazer ou mitigar males causados pelo próprio discurso é uma arma que, em princípio, qualquer falante competente e racional tem à mão. Essa constatação pode, no entanto, levar à postura ingênua de que resistir é simplesmente uma questão de falar contra. Mas, qualquer um que tenha enfrentado um “tio”<sup>24</sup> no jantar de família sabe que estratégias e métodos importam. Recrutar afetos, conseguir desarmar preventivamente o oponente etc., podem ser tão importantes ao dialogar com um intolerante quanto checar fatos e usar a linguagem correta. Sendo assim, reconhecer manobras para tomar as rédeas do jogo conversacional é um passo importante para garantir mais sucesso contradiscursivo.

Nossa discussão pretendeu propor duas estratégias possíveis: uma confrontativa e de neutralização e, outra, redirecionadora e de tomada de controle. Na primeira, o confronto, por elucidação, buscava levar o falante intolerante a reconsiderar sua conduta verbal. Na segunda, o redirecionamento por *reframing* pretendia eliminar tópicos problemáticos e evitar jogadas manipuladoras e veladas através do controle da *QUD*. Na elucidação, a ideia era tornar um aspecto do foi dito saliente para escrutínio público e forçar o falante a responder correspondentemente. No *reframing*, a jogada era realizar uma concordância parcial, que também corrigisse, sem confrontação, as palavras usadas pelo falante e as perspectivas evocadas, transferindo o custo de romper a cooperação para o falante. O efeito pretendido era ganhar poder sobre “os termos da conversa”.

É difícil, no entanto, precisar o grau de sucesso dessas variedades com relação ao falante percebido como intolerante, mas a literatura empírica nos dá indicações interessantes acerca do seu efeito sobre os observadores, como N da seção anterior, os chamados “*moveable middles*” (Buerger 2021). Em um levantamento de pesquisas sobre a eficácia de práticas contradiscursivas em plataformas digitais — Facebook, Twitch, Twitter (atualmente, X), etc. —, Cathy Buerger (2021, p. 1) aponta como conclusão que:

[alterar as crenças e comportamentos do falante intolerante] é muito difícil e a maioria dos ouvintes resistentes que nós entrevistamos dizem que não é o seu objetivo primordial. Muito mais frequentemente, eles *tentam influen-*

*ciar a audiência* — as centenas ou milhares de pessoas que testemunham as interações. Assim, em sua visão, e na nossa, o contradiscurso é eficaz se *dis-suade os membros da audiência de difundirem toxicidade e se galvaniza mais contradiscurso*. (tradução e grifo nossos)

Essa eficácia sobre a audiência dependerá, ademais, de fatores como a quantidade de pessoas envolvidas, se indivíduos ou grupos (Wright *et al.* 2017), do tom<sup>25</sup> e civilidade do(s) ouvinte(s) resistente(s) (Han & Brazeal 2015) e de sua posição social e autoritativa. Munger (2017) observou, por exemplo, que perfis falsos (*botts* criados para a investigação) de homens brancos com muitos seguidores eram particularmente bem-sucedidos em sancionar usos de pejorativos raciais e que moderadores e assinantes de Twitch eram imitados com mais frequência que usuários de mais baixo status.

Atenção a dados desse tipo, por um lado, e a propostas como a que foi apresentada aqui, por outro, são importantes para direcionar esforços corretamente — respondendo às perguntas, ‘Quando?’, ‘Como?’ e ‘Quem?’<sup>26</sup> —, e para garantir que o contradiscurso não se esvazie de sentido e seja cooptado por retóricas como a do “politicamente correto” ou da “sinalização de virtude”, que, embora envolvam questões legítimas, podem ser usadas para questionar o valor de práticas de resistência conversacional como antídoto contra a toxicidade discursiva.

## Referências

- Austin, J. 1962. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- Barbosa, E.C. no prelo. El contradiscurso como antídoto contra el sexismo. In: *Filosofía para la práctica*. Buenos Aires: Editorial SADAf.
- Barbosa, E. C. 2023. Code words and (re) framing. *Manuscrito* 46(3): e-2023.
- Barlett, J. & Krasodomski A. 2015. *Counter-speech: Examining content that challenges extremism online*. Demos.
- Beaver, D. & Clark, B. 2008. *Sense and sensitivity: How focus determines meaning*. Oxford: Blackwell.
- Borg, E. 2004. *Minimal Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- Borg, E. 2012. *Pursuing Meaning*. Oxford: Oxford University Press.
- Brandom, R. 1994. *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*. Harvard University Press.
- Buerger, C. 2021. Counterspeech: a literature review. *Disponível em SSRN* 4066882.
- Camp, E. 2013. Slurring perspectives. *Analytic Philosophy* 54(3): 330–349.
- Camp, E. 2018. Insinuation, common ground. In: D. Fogal; D. W. Harris; M. Moss (ed.), *New work on speech acts*, p.40–66. Oxford University Press.
- Caponetto, L. & Cepollaro, B. 2023. Bending as counterspeech. *Ethical Theory and Moral Practice* 26(4): 577–593.
- Cepollaro, B. ms. Varieties of Blocking Strategies.



- Cepollaro, B. & Zeman, D. (Ed.). 2020. Special Issue: Non-Derogatory Uses of Slurs. *Grazer Philosophische Studien*, 97.
- Cepollaro, B.; Lepoutre, M.; Simpson, R. 2022. Counterspeech. *Philosophy Compass* 18(1): e12890.
- Chong, D. & Druckman, J. 2007. Framing theory. *Annual Review of Political Science* 10: 103–126. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054>
- Clark, H. 1996. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferkany, M. 2021. How and Why We Should Argue with Angry Uncle: A Defense of Fact Dumping and Consistency Checking. *Social Epistemology* 35(5): 533–545. <https://doi.org/10.1080/02691728.2021.1930275>
- Frenett, R. & Dow, M. 2015. *One to one online interventions: A pilot CVE methodology*. Institute for Strategic Dialogue. [https://www.isdglobal.org/isd-publications/one-to-one-online-interventions-a\[1\]pilot-cve-methodology/](https://www.isdglobal.org/isd-publications/one-to-one-online-interventions-a[1]pilot-cve-methodology/). Acesso: 13.12.2023.
- Fumagalli, C. 2021. Counterspeech and ordinary citizens: how? when? *Political Theory* 49(6): 1021-1047.
- Gelber, K. 2019. Differentiating hate speech: a systemic discrimination approach. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 24(4): 393-414.
- Grice, P. 1991 [1989]. *Studies in the Way of Words*. First Harvard University Press paperback edition. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Han, S. & Brazeal, M. 2015. Playing Nice: Modeling Civility in Online Political Discussions. *Communication Research Reports* 32(1): 20–28. <https://www.doi.org/10.1080/08824096.2014.989971>
- Henderson, R. & McCready, E. 2019. Dogwhistles and the at-issue/non-at-issue distinction. In D. Gutzmann; K. Turgay (ed.), *Secondary Content, Current Research in the Semantics/Pragmatics Interface*, vol 37, p.222-245. Brill, LOIDen. <https://doi.org/10.1163/9789004393127010>
- Hornsby, J. & Langton, R. 1998. Free speech and illocution. *Legal Theory* 4(1): 21-37.
- Keiser, J. 2021. The “All Lives Matter” response: QUD-shifting as epistemic injustice. *Synthese* 199(3-4): 8465-8483.
- Khoo, J. 2017. Code words and political discourse. *Philosophical Topics* 45(2): 33–64. <https://doi.org/10.5840/philtopics201745213>
- Lakoff, G. 2003. *Framing the Dems*. <https://prospect.org/features/framing-dems/>. Acesso: 20.11.2023.
- Lakoff, G. & Ferguson, S. 2006. *The framing of immigration*. [https://www.huffpost.com/entry/the-framing-of-immigratio\\_b\\_21320](https://www.huffpost.com/entry/the-framing-of-immigratio_b_21320). Acesso: 20. 11.2023.
- Lakoff, G. 2014. *The all new don't think of an elephant!: Know your values and frame the debate*. Chelsea Green Publishing.
- Langton, R. 2015. How to get a norm from a speech act. *The Amherst Lecture in Philosophy* 10: 1–33.
- Langton, R. 2018. Blocking as counter-speech. *New work on speech acts* 144: 156.
- Lepoutre, M. 2017. Hate speech in public discourse: A pessimistic defense of counterspeech. *Social Theory and Practice* 43(4): 851–883.
- Lepoutre, M. 2021. *Democratic speech in divided times*. Oxford University Press.
- Leslie, S. 2014. Carving Up the Social World with Generics. In T. Lombrozo; J. Knobe; S.

- Nichols (ed.), *Oxford Studies in Experimental Philosophy*, p.208–231. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, D. 1979. Scorekeeping in a language game. In: R. Bauerle; U. Egli; A. von Stechow (ed.), *Semantics from Different Points of View*, p.172–187. Berlin: Springer.  
<https://doi.org/10.1007/978-3-642-67458-712>
- Lewis, D. 2008 [1969]. *Convention: A philosophical study*. John Wiley & Sons.
- Maitra, I. & McGowan, M. (Ed.). 2012. *Speech and harm: Controversies over free speech*. Oxford University Press.
- McCready, E. ms. Recruiting affect in counterspeech.
- McGowan, M. 2012. On ‘Whites Only’ Signs and Racist Hate Speech: Verbal Acts of Racial Discrimination”. In I. Maitra; M.K. McGowan (ed.), *Speech and Harm: Controversies Over Free Speech*, p.121-147. Oxford: Oxford University Press.
- Meibauer, J. 2016. Slurring as insulting. *Pejoration* 228: 145-165.
- Mendelberg, T. 2001. *The Race Card: Campaign Strategy, Implicit Messages and the Norm of Equality*. Princeton University Press.
- Miskolci, R. & Campana, M. 2017. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* 32: 725-748.
- Munger, K. 2017. Tweetment effects on the tweeted: Experimentally reducing racist harassment. *Political Behavior* 39(3)F: 629-649. <https://doi.org/10.1007/s11109-016-9373-5>
- Nunberg, G. 2018. The social life of slurs. In D. Fogal; D. Harris; M. Moss (ed.), *New Work on Speech Acts*, p.237–295. Oxford: Oxford University Press.  
doi:10.1093/oso/9780198738831.003.0010
- O povo. 2017. <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>. Acesso: 13.12.2023.
- Orlando, E. & Saab, A. 2019. Términos peyorativos de grupo, estereotipos y actos de habla. *Crítica (México, DF)* 51(153): 31–58.
- Picazo, C. 2022. Distorted Debates. *Topoi* 42(2): 561-571 [1-11].
- Recanati, F. *Literal Meaning*. 2004. Cambridge: Cambridge University Press.
- Recanati, F. 2017. Contextualism and polysemy. *Dialectica* 71(3): 379-397.
- Recanati, F. 2019. Why Polysemy Supports Radical Contextualism. In: G. Bella; P. Bouquet (ed.), *Context*, p.216–222. LNAI 11939.
- Roberts, C. 1998. Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In J. Yoon; A. Kathol (ed.), *OSU Working Papers in Linguistics* No. 49: *Papers in Semantics*. The Ohio State University. Updated version of 1998 at:  
<http://www.ling.ohiostate.edu/~croberts>.
- Roberts, C. 2012. Information structure: Towards an integrated formal theory of pragmatics. *Semantics and pragmatics* 5(6): 1–69.
- Sbisà, Marina. 1999. Ideology and the Persuasive Use of Presupposition. In J. Verschueren (ed.), *Language and Ideology: Selected Papers from the 6th International Pragmatics Conference*, Vol. I., p.492–509. Antwerp: International Pragmatics Association.
- Sbisà, M. 2021. Presupposition and implicature: Varieties of implicit meaning in explicitation practices. *Journal of Pragmatics* 182: 176–188.
- Searle, J. 1969. *Speech acts: An essay in the philosophy of language* (Vol. 626). Cambridge University Press.

- Smith, C. 2015. *Jed Bush, Donald Trump unapologetic for “anchor baby” language*.  
<https://abcnews.go.com/Politics/jeb-bush-donald-trump-unapologetic-anchor-baby-language/story?id=33212138>. Acesso: 13.12.2023.
- Sperber, D. & Wilson, D. 1996. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell.
- Sperber, D. & Wilson, D. 2012. *Meaning and Relevance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stalnaker, R. 1978. Assertion. In *Pragmatics*, p.315-332. Brill.
- Stalnaker, R. 2002. Common Ground. *Linguistics and Philosophy*. 25: 701–21.
- Stalnaker, R. 2014. *Context*. Oxford: Oxford University Press.
- Strawson, P. 1996 [1964]. Intention and Convention in Speech Acts. *Ciência e filosofia* 5: 221–242.
- Tirrell, L. 2017. Toxic speech: Toward an epidemiology of discursive harm. *Philosophical topics* 45(2): 139–162.
- Von Fintel, K. 2004. Would you believe it? The King of France is back! (Presuppositions and truth-value intuitions). In A. Bezuidenhout; M. Reimer (ed.), *Descriptions and Beyond: An Interdisciplinary Collection of Essays on Definite and Indefinite Descriptions and other Related Phenomena*, p.315–341. Oxford University Press
- Wright, L.; Ruths, D.; Dillon, K.; Saleem H.; Benesch, S. 2017. Vectors for counterspeech on Twitter. In: *Proceedings of the First Workshop on Abusive Language Online*, p.57–62.  
<https://dangerousspeech.org/vectors-for-counterspeech-on-twitter/>. Acesso: 13.12.2023.

## Notas

<sup>1</sup>O termo pode ser traduzido como, ‘dobramento’, ‘domínio’, etc. Mas, em essência, o *bending* é um tipo de distorção responsiva melhorativa, por isso vamos usar a tradução ‘distorção melhorativa’.

<sup>2</sup>Gelber se concentra em danos constitutivos do tipo sistêmico: que dependem de contextos sociais desiguais e são experienciados coletivamente por um grupo, como o silenciamento. Ver também Hornsby e Langton (1998), McGowan (2012), Maitra e McGowan (2012).

<sup>3</sup>Iremos levar em consideração que a interpretação de ouvintes resistentes é falível e, por isso, optamos por usar a descrição ‘falante *percebido como* intolerante’. O termo será usado indistintamente para diferentes tipos de perpetradores de discurso danoso (que desinforma, que discrimina, etc.)

<sup>4</sup>Algumas estratégias interessantes são particularmente difíceis de encaixar nesses critérios. Por exemplo, a reapropriação (Cepollaro & Zeman 2020) e o uso de narrativas para fins de engajamento afetivo (McCready ms).

<sup>5</sup>A terminologia toma como base o contraste que Caponetto & Cepollaro (2023, p.588) fazem entre o tom confrontativo do bloqueio (em suas variadas formas) e o redirecionamento do contexto discursivo por estratégias como a distorção melhorativa (na seção 3.).

<sup>6</sup>Tal modelo tem suas raízes na pragmática filosófica canônica — em Grice (1991 [1989]), Lewis (2008 [1969]); 1979); Stalnaker (1978; 2002), etc.

<sup>7</sup>O critério de cooperação que adotamos busca ser sobretudo organizacional e preservar certo apelo intuitivo, mas, como veremos na seção 4., a eficácia do contradiscurso também poderá ser medida em termos de influência sobre o observador.

<sup>8</sup>Outra forma de capturar o contraste entre Q e P é por meio de um teste de rejeição. Enquanto Q pode ser rejeitada por uma negação da predicação, como ‘Não, o rei do Cazaquistão não é popular! Ele é um tirano odiado’, a rejeição de P terá tipicamente a forma de um comentário meta-conversacional: algo como, ‘Espera um minuto! Eu não sabia que o Cazaquistão era uma monarquia’ (von Fintel 2004). O segundo movimento de rejeição é mais custoso, pois questiona não o ato de fala mais recente, mas as condições implícitas que habilitam sua aceitabilidade. Suponha que F está em uma conversa sobre monarcas populares da atualidade. Caso ela deseje levar um interlocutor pedante a acreditar na proposição falsa de que o Cazaquistão é uma monarquia, uma forma de “contrabandear” essa informação com menor risco de rejeição é afirmar Q, na expectativa de que os custos de questionar P — por exemplo, o custo pessoal de parecer ignorante sobre uma informação tratada como incontroversa — a tornem parte da conversação.

<sup>9</sup>Na teoria dos atos de fala de Austin (1962), há uma distinção clássica entre três atos: locucionário — a oração, seus significados e referência — ilocucionário/ilocução, a ação realizada ao dizer certa locução, e o perlocucionário/perlocução, que corresponde aos efeitos do ato ilocucionário. Por exemplo, a locução, “Cuidado, um touro!”, pode ser enunciada como um ato ilocucionário de avisar e ter como efeito perlocucionário gerar medo e a disposição de escapar.

<sup>10</sup>Langton explica a implementação de norma recorrendo à ideia de Lewis (1979, p. 340-2) de que a regra de acomodação para a permissibilidade de uma jogada, um dos componentes do placar, é sensível à autoridade do falante. Em particular, Langton (2015) sustenta que a autoridade prática para gerar/respaldar um fato de permissibilidade pode ser gerada por acomodação ou vir de uma fonte externa ao falante. Esse segundo processo recebe o nome de “externalização da autoridade” e pode recorrer, por exemplo, a uma norma social. No caso de ‘Anda, Laurie, sua grande garotinha!’, a fonte de autoridade do ato é uma norma sexista (sobre a falta de proeza feminina, etc.) tomada como dada.

<sup>11</sup>Langton (2018, p. 156-159) define o bloqueio como uma *anulação retroativa*: o ouvinte resistente muda “uma enunciação passada, do modo não-atualizado em que ela teria sido para modo como ela de fato é” (p. 156).

<sup>12</sup>Brandom (1994) usa a noção de *placar deôntico* (*deontic scorekeeping*) para abordar a conexão entre atos de fala e compromisso.

<sup>13</sup>O termo ‘*inner city*’ se refere a regiões dos centros de grandes cidades estadunidenses habitadas por populações pobres e majoritariamente negras. Já o termo ‘*illegals*’ é usado para se referir a latino-americanos. Na visão de Khoo, essas expressões — que alguns identificam como uma espécie de apito de cachorro político — transmitem apelos raciais implícitos por meio de inferências realizadas a partir de crenças estereotípicas, do tipo: *Se algo é um ilegal, então ele/ela é latino-americano*. Essas inferências seriam efeitos cognitivos (perlocucionários e independentes de intenções comunicativas) produzidos com base no significado social da palavra para um certo grupo.

<sup>14</sup>Embora Bolsonaro também realize atos de fala sorrateiros de classificar as mulheres como inferiores, legitimar a discriminação sexista e implementar implicitamente uma norma sexista com (7), licenciando um bloqueio de acomodação ilocucionária aos moldes de (2), seu uso de um termo com conotações negativas para se referir comparativamente a mulheres também licencia uma elucidação de significado como ação contradiscursiva.

<sup>15</sup>Ressalte-se que a intenção insultiva de respaldar o estereótipo social mencionado é vei-

culada pelo uso de ‘dar uma fraquejada’ e ‘mulher’ *em conjunção* e não depende necessariamente de estereótipos semanticamente cristalizados. Agradecemos a um(a) avaliador(a) anônimo(a) por apontar que também é possível explicar a dimensão pragmática de (7) sem assumir uma semântica de estereótipos, recorrendo a atos de fala expressivos, como Meibauer (2016), ou a categorias sociais essencializadas, à *la* Leslie (2014). Nossa escolha pelo expressivismo de Orlando & Saab (2019) foi motivada pela consideração de que a dimensão expressiva de ‘dar uma fraquejada’ em (7) tem importância para explicar (8) como um caso de elucidação, mas isso é compatível com assumir que os estereótipos evocados por (7) são culturais e não semânticos.

<sup>16</sup>Não pretendemos, entretanto, que tal panorama seja exaustivo. Em particular, elucidações podem ser mais acusatórias do que as analisadas aqui, especialmente em situações sociais de mais horizontalidade entre falante e ouvinte. Além disso, incluímos exemplos de elucidações de metadados, significado implícito e carga expressiva, mas, em princípio, outros elementos do “perfil linguístico” podem aparecer em elucidações.

<sup>17</sup>Em certo sentido, nos casos de (1) e (8), a elucidação serve para chamar a atenção do falante para uma consequência — a ofensa, um efeito perlocucionário do insulto (Orlando & Saab 2019, p. 54-5) — da ação comunicativa do falante. Tornar saliente a palavra que habilita o efeito é mais propriamente o mecanismo explorado e não a finalidade última do contradiscurso.

<sup>18</sup>Outra forma de definir a elucidação pode ser como um mecanismo que se volta para o *que é dito* (pelo falante). O que conta como o *que é dito* — se o conteúdo mínimo (Borg, 2004; 2012), o conteúdo enriquecido (Recanati 2004, 2017; 2019), explicituras (Sperber e Wilson 1996; 2012), etc. — foi e segue sendo objeto de disputa filosófica, mas o que queremos capturar com a menção do conceito aqui é, por um lado, o vínculo entre os compromissos assumidos pelo falante e o significado linguisticamente codificado e, por outro, o contraste entre dito/“implícito”. Essas são coordenadas essenciais para o *rastreamento* e a *atribuição* de responsabilidades que contam para a elucidação.

<sup>19</sup>Burger (2020, p. 12-3) cita brevemente o uso de *reframing* como contradiscurso comunitário, ressaltando seu poder de influência sobre observadores.

<sup>20</sup>A máxima griceana de relevância (Grice 1991 [1989]) é um princípio de coerência e processamento que determinará que os participantes devem tentar responder à *QUD* o mais rápido possível. A máxima de quantidade irá determinar que respostas completas são preferíveis a respostas parciais. *Non-sequiturs* devem ser evitados.

<sup>21</sup>A palavra pode ser traduzida para o português como ‘enquadramento’ (e.g., em ‘efeito enquadramento’), mas vamos optar por adotar ‘frame’ (como é usado na semântica de frames), ‘*framing*’ e ‘*reframing*’. Um frame é uma estrutura conceitual realizada em um circuito cerebral (Lakoff 2014). Segundo Lakoff, cada vez que o circuito de um frame é ativado, ele é reforçado. Por exemplo, a palavra ‘elefante’ evoca um frame que pode ter uma imagem, certo conhecimento sobre o que é um elefante, etc. Em seu famoso exemplo, se alguém nos diz, ‘Não pense em um elefante’, iremos não apenas pensar em um, como também gerar um efeito de reforço do frame correspondente.

<sup>22</sup>Podemos pensar também na opção de um *reframing* sem a segunda oração, como em, (15) Sim, a diversidade de gênero mudou muito a nossa sociedade.

Se ratificada, ela também serve para alterar a estratégia de investigação no contexto. O nosso exemplo original pode ser entendido como um misto de distorção melhorativa e *re-*

*framing*. I se aproveita da vagueza em (13) para articular uma valoração positiva do tipo de mudança causada, produzindo um efeito conversacional melhorativo, reforçado pelo *reframing* (em caso de acomodação/ratificação).

<sup>23</sup>Em alguns casos de comunicação política, um frame determinado servirá para a evocar uma *perspectiva* — i.e., uma disposição aberta de interpretar intuitivamente partes do mundo de certa forma, às vezes incorporando respostas afetivas e emocionais fortes (Camp 2013) — e sinalizar uma persona (identidade social) (ver Henderson & McCready 2019).

<sup>24</sup>Ferkany (2021) usa o termo ‘*angry uncle*’, que também pode ser traduzido como “tio do Zap”, no português brasileiro.

<sup>25</sup>Alguns estudos mostraram que o sucesso de meta-discussões iniciadas a partir de respostas diretas (contradiscorso confrontativo) depende do modo de engajamento do ouvinte resistente: perguntas e comentários cômicos, por exemplo, geraram mais dados de interação (likes, compartilhamentos, etc.), segundo pesquisa realizada por Bartlett & Krasodomski-Jones (2015). Comentários casuais e emocionais foram mais eficientes do que falas antagônicas em causar respostas (Frenett & Dow 2015). Podemos supor, então, que até mesmo meta-discussões, quando realizadas de modo correto, funcionam como oportunidades de aprendizado e reflexão para observadores como N.

<sup>26</sup>Cepollaro; Lepoutre; Simpson (2022) ressaltam a importância de determinar quem tem a obrigação moral de se engajar em contradiscorso: o alvo, terceiras partes, pessoas com autoridade, qualquer um? Eles batizam essa pergunta de “pergunta deôntica”.

## Agradecimentos

As autoras gostariam de agradecer a Bianca Cepollaro e Elin McCready pela disponibilização de material não-publicado. Também agradecemos ao público do grupo Chá das Cinco e aos comentários de revisores anônimos que gentilmente ajudaram a melhorar nosso trabalho. Agradecemos, por fim, aos organizadores do 13<sup>th</sup> *Principia International Symposium*, evento que proporcionou as primeiras discussões sobre este artigo. Essa publicação foi realizada com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), projeto 2022/04839-4, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.820762/2023-00, Programa PROEX.